

**COMBINED ASSURANCE - AVALIANDO RELATÓRIOS FINANCEIROS DE FORMA INTEGRADA**

**RENE GUIMARÃES ANDRICH**

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (MACKENZIE)

**LILIANE CRISTINA SEGURA**

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (MACKENZIE)

## **COMBINED ASSURANCE – AVALIANDO RELATÓRIOS FINANCEIROS DE FORMA INTEGRADA**

### **1. INTRODUÇÃO**

Eventos de fraudes corporativas evoluíram ao longo das últimas décadas. E a partir dos anos 2000 vários foram revelados no mundo, estimulando aumento da regulação governamental, com criação de leis específicas de combate a fraudes, visando conter essa evolução. Os normatizadores e reguladores devem estar envolvidos na definição de padrões e diretrizes de garantia (Gal & Akisik, 2020). Pilares regulatórios e normativos são fatores determinantes na implementação de um programa de *Combined Assurance* (Wibowo et al., 2022). Alguns exemplos de regulações que foram criadas e ou aperfeiçoadas, como forma de resposta aos eventos de fraudes corporativas foi nos Estados Unidos a *Sarbanes Oxley Act*, de 30 de Julho de 2002 (Borgerth, 2005), e no Brasil o Regulamento do Novo Mercado (B3, 2017) e a Lei Brasileira Anticorrupção (Ribeiro & Diniz, 2015).

Como em todo mundo, no Brasil, de tempo em tempo, a cada novo escândalo revelado, volta-se a discussão sobre o que está falhando nas regulações existentes (Hendriksen & Van Breda, 1999) e nos processos internos, e se questiona o que está impedindo uma detecção prévia destas fraudes.

Em estudo bibliométrico realizado considerando publicações de 1979 a 2020 sobre detecção de fraude, Mansour et al. (2022) identificaram, que a atenção a este tema foi aumentando consistentemente desde 2000, e principalmente a partir de 2017. De um total de 1.133 estudos, 29 (3%) foram elaborados antes de 2000 e o restante a partir deste ano, sendo que 621 (55%) foram realizados entre os anos de 2017 e 2020. Isso mostra o crescente interesse sobre o tema da fraude no mundo corporativo e acadêmico.

Assim, um adequado ambiente de controles internos, bem como boas práticas de governança já são determinantes que afetam o processo de prevenção de fraude (Florid et al., 2023). Além do sistema de controles internos, a auditoria interna também contribui na prevenção de fraude (Budiatmaja & Ramadhan, 2022).

Para melhor contextualização, é importante destacar que fraude é qualquer atividade que se baseia em uma simulação para obter um ganho (ACFE, 2024). Já fraude contábil, é um conjunto de técnicas e práticas realizadas por parte de um gestor com a finalidade de manipular (fraudar) e obter um nível de resultados (lucros ou prejuízos) desejado (Santos & Grateron, 2003). Essa prática tem se intensificada nas organizações, ocorrendo em todo lugar e a qualquer momento (Santos & Grateron, 2003). Assim, profissionais responsáveis por garantir controles internos eficientes que possam prevenir esse tipo de manipulação, como por exemplo gestores, funções de controles internos, auditoria interna, comitês de auditoria, conselhos de administração, cada vez mais se preocupam com esse cenário.

Com isso, as empresas, para terem acesso ao mercado de capitais precisam atender regras de governança e comprovar que possuem controles internos eficientes, de forma a protegerem os seus acionistas da possibilidade de fraude. As regras de acesso de emissores (companhias) para negociar ações, debêntures, cotas ou outras, são definidas no Brasil pela B3 Brasil Bolsa e Balcão (B3), a bolsa de valores do Brasil (B3, 2017). Existem diferentes níveis de listagem que podem ser pleiteados pelas companhias, e para cada nível há um regulamento específico. Os níveis são i) Novo Mercado, Nível 2, Nível 1, Bovespa Mais e Bovespa Mais Nível 2 (B3, 2024). A partir do momento em que são listadas, as companhias ficam obrigadas a atender o que está determinado nos regulamentos, sob pena de aplicação de sanções (B3, 2024).

O Novo Mercado, considerado o nível mais elevado de governança da B3, é o que, por consequência, demanda uma série de obrigações a serem cumpridas pelas organizações nele

inseridas (B3, 2024). O Regulamento do Novo Mercado (B3, 2017) apresenta um capítulo específico que aborda o tema fiscalização e controle. De acordo com este regulamento, fiscalização e controle são atividades realizadas por comitês de auditoria, riscos corporativo, controles internos, conformidade e áreas de auditoria interna (B3, 2017). A implementação destas funções vem se intensificando nas últimas décadas, e no caso de companhias listadas no nível de governança Novo Mercado, a existência das mesmas é obrigatória (B3, 2017).

Também de acordo com o Regulamento do Novo Mercado, o Comitê de Auditoria, função de Assessoramento, Fiscalização e Controle, possui entre suas responsabilidades, a atividade de avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras, avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia e acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da companhia (B3, 2017).

Riscos, controles internos e auditoria interna são funções com atividades complementares, e por isso pode acontecer sobreposição de atividades, quando uma mesma atividade é repetida em mais de uma linha, ou pior, atividades fundamentais que não são executadas por nenhuma das linhas (Kurnia & Yulian, 2017). Existe aqui uma oportunidade de melhoria a ser implementada nas atividades que, aparentemente, com uma integração adequada, e com sinergia, poderiam minimizar o risco de fraudes contábeis.

A África do Sul, país considerado líder em sustentabilidade e relatórios integrados (Prinsloo & Maroun, 2021), foi pioneira a abordar o tema sobre qualidade no conteúdo de relatórios integrados, e a aplicar uma avaliação de qualidade sobre esses relatórios (IoD, 2002). Assim, a avaliação da qualidade passou a ser discutida neste país, com ênfase na integração de áreas ou funções, com o objetivo de assegurar essa qualidade da informação dos relatórios integrados. Os Códigos de Governança foram desenvolvidos e sua aplicação passou a ser incentivada.

Com esse desenvolvimento, o termo *Combined Assurance* foi citado pela primeira vez no *King Report on Corporate Governance for South Africa - 2002* (IoD, 2002). Já na criação do conceito, e nesse mesmo documento, foi estabelecido a conexão com a função de auditoria interna, ao mencionar que as normas para o exercício profissional da auditoria interna (IIA, 2024) reconhecem a importância do *Combined Assurance* através de uma coordenação adequada entre todas as funções que atuam para assegurar a existência de um adequado ambiente de controles internos na organização (IoD, 2002). Dessa forma, o chefe da auditoria interna deve desempenhar um papel de liderança na coordenação do planejamento, atividades e garantia das diversas partes envolvidas (Kurnia & Yulian, 2017).

O crescimento no número de organizações acessando o mercado de capitais na busca de recursos que possam financiar seu desenvolvimento, tem exigido dessas organizações capacidade de adaptação à estas práticas. Porém, mais do que simplesmente uma necessidade de conformidade com os requerimentos regulatórios, a integração, por meio da implementação do *Combined Assurance*, pode trazer benefícios para o negócio.

Em nossa pesquisa, detectamos poucos estudos sobre a implantação desta estrutura integrada, o *Combined Assurance*, nas empresas. A complexidade do momento atual, agravada por eventos globais de pandemia, guerra, ataques cibernéticos, desastres ambientais e desafios econômicos, reforçam a necessidade dessa integração nas empresas. Neste contexto, o objetivo deste artigo é o de realizar uma revisão sistemática da literatura sobre o tema *Combined Assurance*.

Este artigo contribui, do ponto de vista acadêmico, com a produção científica sobre *Combined Assurance*, realizando uma revisão sistemática dos artigos publicados nos últimos 24 anos. Esse estudo pretende também incentivar outros pesquisadores a desenvolverem trabalhos nessa área, principalmente no Brasil, onde o tema foi já discutido no âmbito organizacional, porém com pouco material tendo sido produzido no meio acadêmico. Espera-

se também que os resultados obtidos possam contribuir com a implantação de uma agenda inicial de discussões nas organizações, que estão sendo penalizadas com seguidos eventos de fraudes contábeis.

O restante deste artigo está organizado da seguinte forma. A segunda seção apresenta a fundamentação teórica do estudo. A terceira seção apresenta a metodologia de pesquisa, enquanto a quarta seção apresenta os resultados. A quinta seção discute as descobertas e conclui apontando para possíveis pesquisas futuras, além de especificar as limitações da pesquisa.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desde 1994, o *Institute of Directors South Africa* apresentou relatórios ou códigos de governança corporativa, com o objetivo de promover a governança corporativa no país. O primeiro foi lançado em 1994, o King I, depois veio o King II em 2002, o King III em 2009 e atualmente está vigente o King IV de 2016 (IoD, 2024).

O King I - *King Report on Corporate Governance for South Africa – 1994* (IoD, 1994), não abordava o conceito de *Combined Assurance*. A partir do King II - *King Report on Corporate Governance for South Africa – 2002* (IoD, 2002), o conceito foi introduzido e passou a ser utilizado, e já na introdução do conceito houve referência aos padrões internacionais de auditoria interna (IIA, 2024), com a menção de que *Combined Assurance* é uma atividade a ser exercida por funções de avaliação, como controles internos, riscos e auditoria interna, que fornecem algum tipo de asseguração para a organização, e que funcionem de maneira eficaz e eficiente (IoD, 2002). O King III - *King Report on Corporate Governance for South Africa – 2009* (IoD, 2009) e o King IV - *King Report on Corporate Governance for South Africa – 2016* (IOD, 2016), continuaram a promover, reforçar e a expandir a abrangência deste conceito.

Já no Brasil, em organizações de capital aberto, listadas e classificadas no nível de governança Novo Mercado, é exigido a instalação de um Conselho de Administração, assessorado por funções de fiscalização e controle, como o Comitê de Auditoria, que por sua vez, supervisiona a função de auditoria interna, riscos, controles internos e conformidade (B3, 2017), não havendo, portanto, menção ao *Combined Assurance*. Assim, é necessário entender as responsabilidades de cada uma dessas funções no Brasil, e qual poderia ser o papel do *Combined Assurance* nesse contexto.

O Comitê de Auditoria é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração e funciona como um mecanismo de monitoramento que contribui para a redução dos custos de agência (Jensen & Meckling, 1976), quando aplica seus conhecimentos para melhorar a qualidade dos relatórios financeiros (JAMIL, 2011). Entre as responsabilidades do Comitê de Auditoria, está o acompanhamento dos riscos, dos controles internos que mitiguem estes riscos, o funcionamento de uma função de conformidade e a supervisão das funções de auditoria interna (B3, 2017).

A relação da gestão, com funções de riscos, controles internos, conformidade e auditoria interna, por meio de um funcionamento integrado, foi tangenciada no antigo Modelo das Três Linhas de Defesa, atualizado em 2020 como o Modelo das Três Linhas do The IIA (IIA, 2020). Este modelo mostra que estas funções se organizam em três linhas, dentro da organização. A primeira linha é composta pelas áreas que conduzem o negócio, a segunda linha pelas funções de Riscos, Controles Internos e Conformidade e na terceira linha está a Auditoria Interna (Maciel et al., 2022). Na sequência, cada uma dessas funções será conceituada individualmente. Importante antes enfatizar que o modelo das Três Linhas do IIA (IIA, 2020) aborda a integração ao destacar a importância de que haja alinhamento, comunicação, coordenação e colaboração entre as linhas (Maciel et al., 2022), mas não menciona sobre o *Combined Assurance*.

Começando com a função de Riscos, na segunda linha, destaca-se que risco é algo que ao se materializar pode impedir o atingimento de objetivos pela organização (COSO, 2017). Essa função apoia a organização no monitoramento destes riscos, visando reduzir possibilidade de materialização deles.

A função de Controles Internos, faz parte também da segunda linha, tem por objetivo fornecer garantia razoável do atingimento dos objetivos da organização, sejam eles relacionados a operações, relatórios financeiros e conformidade (COSO, 2013). É uma função que pode atuar de forma conjunta com a função de Riscos, já que os controles existem para mitigar a materialização de riscos.

Na sequência está a Conformidade, função que vem ganhando destaque nas organizações nos últimos anos. No Brasil, a demanda pela estruturação de programas de conformidade nas organizações vem crescendo, em resposta aos escândalos contábeis e fraudes corporativas, o que culminou com a promulgação da Lei 12.846/2013 (Ribeiro & Diniz, 2015) e Decreto 11129/2022 (Lei Brasileira Anticorrupção). Empresas do Novo Mercado são obrigadas a implementar funções de conformidade, por conta da regulação da B3 (B3, 2017). A conformidade, também função de segunda linha, visa o combate à corrupção, por meio da implantação de um Canal de Ética e observação do cumprimento de leis, políticas e procedimentos. Importante aqui destacar o conceito de corrupção:

O termo corrupção inclui uma enorme diversidade de atos: trapaça, velhacaria, logro, ganho ilícito, desfalque, concussão, falsificação, espólio, fraude, suborno, peculato, extorsão, nepotismo e outros. Isso cria razoável dificuldade para se chegar a uma definição consensual. O fenômeno pode ser observado numa gradação quase infinita. Vai de pequenos desvios de comportamento à total impunidade do crime organizado, por parte das várias áreas e níveis governamentais. Pode ocorrer suborno para a compra de um benefício legalmente previsto e o que se compra é maior rapidez ou precedência sobre outros interessados, como pode haver compra de um benefício ilegal. A natureza da ação, suas consequências e a punição prevista serão totalmente diferentes (Brei, 1996, pg 65).

Por fim, na terceira linha, a Auditoria Interna. Para o The IIA, auditoria interna é:

Uma atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria projetada para agregar valor e melhorar as operações de uma organização. Ajuda uma organização a atingir seus objetivos, trazendo uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controle (IIA, 2024).

A Auditoria Interna está na terceira linha justamente para que seja destacada a importância de sua independência, já que o que se recomenda é que esta função tenha reporte direto ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria (Maciel et al., 2022). Objetividade, condição que garante que o auditor está livre de influências externas, é outro aspecto fundamental para sua atuação (Maciel et al., 2022).

As funções de Riscos, Controles Internos, Conformidade e Auditoria Interna, portanto, são funções de monitoramento, que se complementam. A função de Riscos atua para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar riscos em toda a organização (ISO, 2018). A função de Controles Internos apoia esta atividade, quando assegura a correta operação de controles para mitigar riscos (COSO, 2013). Muitas organizações inclusive mantêm uma área única de Riscos e Controles, já que as atividades são complementares. A função de Conformidade, por sua vez, atua em temas de ética e integridade (Ribeiro & Diniz, 2015). A auditoria interna, por essência, é uma atividade independente e objetiva, que atua para avaliar os processos geridos pela 1ª linha e monitorados pelas funções de 2ª linha (IIA, 2024).

O Comitê de Auditoria, na execução de sua função de fiscalização e controle, interage tanto com a segunda como com a terceira linha. A terceira linha, a auditoria interna, é uma atividade fundamental de apoio ao Comitê de Auditoria, e por isso a boa prática determina que a auditoria interna deve ser supervisionada pelo mesmo (Maciel et al., 2022).

A 18ª edição do estudo A Governança Corporativa e o Mercado de Capitais (KPMG, 2023) fornece uma visão detalhada da evolução das práticas de governança corporativa no Brasil, incluindo uma análise sobre a evolução das implementações destas funções de segunda e terceira linhas. Elaborado pelo *ACI Institute e Board Leadership Center*, ambas iniciativas da KPMG, foram analisadas informações publicadas por 282 companhias abertas brasileiras em seus formulários de referência (FR), reformulado ao final de 2021 e em vigor desde janeiro de 2023. Esta pesquisa destaca: i) que cresce a importância de gerenciamento de riscos, 82% das organizações analisadas contam com uma área de gerenciamento de riscos e 91% possuem uma política de gestão de riscos. Organizações do Novo Mercado são as que mais se destacam, 99% destas possuem a citada política de gestão de riscos; ii) que em 2019, 80% das empresas analisadas disseram ter auditoria interna, em 2021 aumentou para 88% e em 2023 o percentual chegou a 95%, sendo que no Novo Mercado, 99% das empresas informaram contar com uma auditoria interna; iii) quanto à existência de Comitês de Auditoria, aumentou de 84% em 2022 para 88% em 2023.

A evolução na implementação de funções de fiscalização é notável, contudo, aparentemente não tem sido suficiente para impedir a continuidade de eventos relacionadas a fraudes contábeis. As exigências legais e demandas pelo mercado reforçam a necessidade de uma maior integração entre as funções de Assessoramento, Fiscalização e Controle para que se tenha um controle eficiente e na prevenção de fraudes.

A governança corporativa, onde toda essa estrutura está inserida, evoluiu significativamente nos últimos anos, deixando de focar apenas na otimização de valor econômico exclusivamente aos sócios, para se preocupar com a geração de valor compartilhado entre os sócios e as demais partes interessadas. Essa nova perspectiva incorpora também a realidade econômica, social e ambiental em que as organizações estão inseridas. Para o IBGC (2023):

Governança corporativa é um sistema formado por princípios, regras, estruturas e processos pelo qual as organizações são dirigidas e monitoradas, com vistas à geração de valor sustentável para a organização, para seus sócios e para a sociedade em geral. Esse sistema baliza a atuação dos agentes de governança e demais indivíduos de uma organização na busca pelo equilíbrio entre os interesses de todas as partes, contribuindo positivamente para a sociedade e para o meio ambiente (IBGC, 2023, pg. 16).

A literatura apresenta diversas teorias para tratar do tema Governança Corporativa. Entre elas destacam-se a *Stewardship Theory*, a *Resource Dependence Theory*, a *Resource-Based View Theory*, a *Shareholder Theory* e a *Agency Theory* (Madhani, 2017).

O termo *steward* se refere à atuação de diretores e gerentes numa organização. Na *Stewardship Theory* (McGregor, 1989), diretores e gerentes trabalham para proteger os interesses dos acionistas, protegendo e maximizando a riqueza deles. Se apresentam como diligentes, ou seja, zelosos, e se motivam com o sucesso da organização. Há bom alinhamento de interesses, cooperação e colaboração entre estes diretores e gerentes e acionistas. Há pouco foco em atender interesses pessoais, há foco em fazer a coisa certa, com atitudes éticas e integras. Pode ser considerada uma alternativa à teoria da agência, que será tratada mais a diante. Na *Resource Dependence Theory*, para operar, organizações possuem dependência em relação a recursos críticos externos (Madhani, 2017). No que se refere a governança corporativa, este recurso externo crítico é o Conselho de Administração e acionistas, que tendem a influenciar a organização visto que controlam estes recursos. Na *Resource-Based View Theory* organizações são uma coletânea de recursos tangíveis e intangíveis (Penrose, 2009). Estes recursos são a base da vantagem competitiva da organização, são recursos valiosos, raros, difíceis de imitar ou substituir (Barney, 1991).

A *Shareholder Theory* foca na maximização da riqueza do acionista, lucro e questões éticas. Os executivos são os responsáveis pelos empregados, proprietários do direito moral O

acionista se relaciona com o negócio da mesma forma que um indivíduo se relaciona com sua propriedade, a relação contratual protege a propriedade. Países onde este modelo predomina apresentam algo nível de proteção aos direitos dos minoritários, já que organizações são financiadas por este capital (Madhani, 2017).

A *Stakeholder Theory* sugere um balanço dos interesses entre os stakeholders. Interesses múltiplos criam valor. Há foco no longo prazo e redução do custo de agência, menor assimetria de informações, menos apetite ao risco e mais preocupação com questões sociais (Madhani, 2017).

Por fim a Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976), que trata do custo de agência, está intimamente conectado com os temas de Assessoramento, Fiscalização e Controle, visto que estas são funções que representam custos para a organização. A Teoria da Agência se originou como uma teoria da economia (Alchian & Demsetz, 1975) e depois foi desenvolvida para tratar do relacionamento entre um Principal e um Agente, considerando que o Agente deve agir para defender os interesses do Principal (Jensen & Meckling, 1976). Esta relação pode ser observada em organizações que dependem dos mecanismos de Assessoramento, Fiscalização e Controles para defender os interesses dos acionistas.

Ao tratar das funções de Assessoramento, Fiscalização e Controle, algumas referências também foram identificadas. Para tratar de riscos, o COSO ERM (COSO, 2017) e a ISO 31000 (Leitch, 2010), de controles internos o COSO ICIF (COSO, 2013), de conformidade são avaliadas as boas práticas de programas de ética e integridade à luz da Lei Brasileira Anticorrupção (Castro et al., 2019) e para tratar de Auditoria Interna, as Normas Internacionais de Auditoria Interna – IPPF (IIA, 2024). Por fim, para avaliar a integração das funções, o Modelo das Três Linhas do The IIA (IIA, 2020) é o mais utilizado.

Em organizações com sistema robusto de governança como o requerido nas empresas de capital aberto do Nível Novo Mercado da B3, com a presença individualizada de todas as funções de fiscalização e controle como Riscos, Controles Internos, Conformidade e Auditoria Interna, observa-se que os colaboradores da organização podem não entender claramente os papéis de todas essas funções. Os menos atentos ou informados, acreditam que estas funções todas exercem papel de auditoria. Torna-se, portanto, crucial a adoção de medidas educativas internamente na organização, de forma a difundir o real papel de cada função. Para Sarens and De Beelde (2006), é importante que o auditor assuma um papel de educador, explicando o papel dos gestores no que tange ao ambiente de controles. Um contraponto é que educador sim, mas sempre com uma postura agregadora, de forma que não coloque o auditor numa posição de quem determina o que deve ser feito, pois isso poderia comprometer seriamente a independência e objetividade desta função.

Empresas brasileiras de capital aberto desde 2018 divulgam o informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas (informe de governança), indicando quais práticas recomendadas pelo código são adotadas e apresentando justificativas para as práticas não adotadas, em uma abordagem conhecida como pratique ou explique. de Freitas Brandão (2022) pesquisaram se a adoção das práticas avaliadas no informe de governança, agregam valor para a empresa brasileira. Os autores mensuraram, por meio de índices, o nível de conformidade das práticas avaliadas no informe de governança de 226 empresas brasileiras no período de 2018 a 2020, totalizando 513 observações/ano. Em seguida analisaram a relação dos índices com o valor de mercado das empresas e a sensibilidade desta relação com as características da empresa apontadas como determinantes dos conflitos de agência. Os resultados apontam crescente nível de aderência às práticas recomendadas no código, e que este nível está positivamente relacionado com o valor da empresa brasileira. Ademais, observou-se que esta relação é estatisticamente significativa apenas em empresas com maior concentração de controle e maior rentabilidade. O trabalho apresenta evidências de

que a abordagem pratique ou explique pode contribuir para maior adoção de práticas recomendadas e avaliação da qualidade da estrutura de governança das empresas brasileiras.

A questão da integração entre as linhas vem sendo discutida na prática, porém ainda pouco explorada na academia. O conceito *Combined Assurance*, que significa a geração de *assurance* ou asseguuração, por meio da avaliação por diferentes funções na organização, e defende a importância de uma linguagem, voz e visão únicas (Huibers, 2015), trata do tema integração das linhas. A combinação das funções de riscos, controles internos, conformidade e auditoria interna é uma realidade em algumas organizações menos reguladas, e normalmente a questão custo é o que impera ao optar por esta combinação. Organizações mais reguladas passam também a considerar esta opção, que não necessariamente se trata de uma combinação, mas sim uma integração. A combinação, mais comumente observada, trata de colocar as funções sob uma mesma gestão. Já a integração, é muito mais do que isso, como observaremos mais adiante.

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1 Revisão sistemática da literatura

Neste artigo, foi utilizada a definição de Fink (2019, p. 3) de revisão de literatura de pesquisa como definição operacional para revisão sistemática de literatura: “um método sistemático, explícito, (abrangente) e reproduzível para identificar, avaliar e sintetizar o corpo existente de trabalhos completos e registrados produzidos por pesquisadores, estudiosos e profissionais”. Uma revisão de literatura autônoma rigorosa deve ser sistemática ao seguir uma abordagem metodológica; explícita na explicação dos procedimentos pelos quais foi conduzida; abrangente em seu escopo ao incluir todo o material relevante; e, portanto, reproduzível por outros que desejem seguir a mesma abordagem na revisão do tema (Fink, 2019).

Assim, foi conduzida uma revisão detalhada dos artigos que abordam o tema *Combined Assurance* e extraídos todos os artigos do banco de dados da Capes, Emerald, Web of Science, Scopus e John Wiley. A pesquisa foi realizada em 1 de maio de 2024, com a utilização das palavras-chave de pesquisa *Combined Assurance* e *Report*. Na base Capes foram buscadas as palavras-chave em qualquer campo, já nas demais, foram buscadas no resumo. Essas bases cobrem uma ampla gama de periódicos e análises de citações no mundo. Os artigos duplicados foram eliminados e o resultado está apresentado na Tabela 1 que segue:

**Tabela 1 – Bancos de dados pesquisados**

Banco de Dados	Número de artigos localizados
Capes	15
Emerald	18
Web of Science	0
Scopus	1
<b>Total</b>	<b>34</b>

**Fonte: Preparado pelos autores**

No total foram identificados 34 artigos internacionais, sendo 15 da base Capes, 18 da Emerald e 1 da Scopus. Para a realização da revisão da literatura, foram lidos o título e resumo dos 34 artigos e ao final foram selecionados 14 para uma leitura completa do artigo, identificando a literatura utilizada, o método de pesquisa e os resultados encontrados. No entanto 2 não foram localizados em nenhuma base na sua versão completa, sendo a amostra final de 12 artigos para leitura completa.

A análise dos resultados foi qualitativa, de forma a entender o processo de elaboração da teoria em relação ao tema e pela quantidade de artigos encontrada.

### 4. RESULTADOS

#### 4.1 Análise descritiva dos artigos

Dos 12 artigos selecionados para leitura completa, 5 são da África do Sul, 1 foi realizado na África do Sul e Indonésia, 3 da Austrália, 1 da Bélgica, 1 da Inglaterra e 1 da Malásia, publicados entre 2015 e 2023. Foram ao total 25 autores, sendo que Warren Maroun, e Andre Prinsloo, foram os únicos com 2 artigos publicados cada um. Eles foram também coautores nesses 2 artigos.

**Tabela 1 – Lista dos artigos utilizados na análise descritiva**

Nr.	Ano	País	Título	Autores	Resumo
1	2015	Belgica	Implementing combined assurance: insights from multiple case studies	Decaux, Loic Sarens, Gerrit	Foca em como implementar um programa de <i>Combined Assurance</i> , o passo a passo, que o Chefe de Auditoria seria um bom coordenador e a relevância de um processo de riscos maduro.
2	2016	África do Sul	Espousal of combined assurance model in South Africa’s public sector	Dzomira, Shewangu	Analisa o processo de <i>Combined Assurance</i> no setor público e discorre sobre quais são os prestadores de serviços de garantia.
3	2016	Malasia	Audit committee and integrated reporting practice: does internal assurance matter?	Ahmed Haji, Abdifatah Anifowose, Mutalib	Foca na função do Comitê de Auditoria como função responsável por assegurar qualidade nos dados de relatórios integrados.
4	2017	Inglaterra	Internal auditor’s role as a coordinator of combined assurance	Kurnia, Rama Yulian, Lufti	Analisa a coordenação de um programa de <i>Combined Assurance</i> pelo Auditor Interno e discorre sobre os benefícios do mesmo.
5	2018	África do Sul	Implementing value-added combined assurance interventions for South African organisations	Masegare, Peter	Examina um modelo de implementação de um processo de <i>Combined Assurance</i> , destacando que este é ainda um tema com pouco estudo científico publicado.
6	2019	Australia	Evaluating combined assurance as a new credibility enhancement technique	Zhou, S. Hoang, R. S. H.	Examina a credibilidade do Programa de <i>Combined Assurance</i> para uso de analistas de mercado.
7	2020	África do Sul	Drivers of combined assurance in a sustainable development context: Evidence from integrated reports	Maroun, Warren Prinsloo, Andre	Revisão sobre a operação de um modelo de <i>Combined Assurance</i> , destacando que não necessariamente empresas de maior porte estão mais avançadas.
8	2021	África do Sul	An exploratory study on the components and quality of combined assurance in an integrated or a	Prinsloo, Andre Maroun, Warren	Analisa o processo de <i>Combined Assurance</i> para garantir qualidade de relatórios integrados destando a responsabilidade do Conselho de Administração como responsável por demandar a implantação deste
9	2021	Australia	How Does Combined Assurance Affect the Reliability of Integrated Reports and Investors’ Judgments?	Hoang, Hien Phang, Soon-Yeow	Foca na técnica de <i>Combined Assurance</i> para assegurar qualidade de relatórios integrados, destacando também que o programa é de responsabilidade do Conselho de Administração, apoiado pelo
10	2021	Australia	Impacts of combined assurance on integrated, sustainability and financial reporting qualities: Evidence from	Donkor, Augustine Djajadikerta, Hadrian Geri Mat Roni, Saiyidi	Foca no impacto de <i>Combined Assurance</i> para assegurar qualidade e credibilidade em relatórios externos.
11	2022	Indonésia África do Sul	Integrated Governance, Risk, and Compliance (GRC) and Combined Assurance: A Comparative Institutional	Wibowo, Setyo Achsani, Noer Azam Suroso, Arif Imam	Analisa a adoção do processo de <i>Combined Assurance</i> na Indonésia e África do Sul, destacando que as demandas regulatórias estimulam a necessidade de implantação deste processo.
12	2023	África do Sul	Adoption of the combined assurance model by South African state-owned enterprises (SOEs)	Adebayo, Adeyemi Ackers, Barry	Introduz o modelo de <i>Combined Assurance</i> como forma de melhorar qualidade de relatórios de organizações, destando importância de antes focar na identificação de riscos.

Fonte: Preparado pelo autor

## 4.2 Análise dos artigos apresentados

Durante a análise dos artigos foi observado que 5 dos 12 artigos foram realizados na África do Sul, e que todas as discussões utilizam o Modelo das Três Linhas do IIA (IIA, 2020), representado na figura que segue:

**Figura 1 – Modelo das Três Linhas do The IIA**



Fonte: Modelo das Três Linhas do The IIA

Este modelo trata da relação dos órgãos de governança com as 3 linhas que apoiam estes órgãos. A primeira linha é formada pelas funções que estão diretamente conectadas com o cliente. É a linha responsável por gerenciar o risco. Na segunda linha é apresentado que quaisquer das funções especializadas em riscos, são responsáveis por dar apoio, monitorar e apresentar questionamentos sobre temas relacionados a riscos. As áreas de Riscos, Controles Internos, Conformidade, entre outras, são funções de segunda linha. Na terceira linha é apresentada a auditoria interna, atividade que deve exercer objetividade, ou seja, não deve ter suas decisões influenciadas por terceiros. Além disso, esta atividade deve atuar de forma independente, avaliando se os objetivos da empresa são atingidos. Alguns aspectos relevantes na análise desta estrutura é que órgãos de governança, como Conselhos de Administração, delegam atividades para a gestão, e recebem prestação de contas da gestão sobre suas atividades. Esses órgãos de governança interagem dessa mesma forma com a auditoria interna. A auditoria interna atua como o responsável por assegurar que não haja desvio na condução das decisões em relação ao interesse dos acionistas, representando os órgãos de governança ou Conselho de Administração. Finalmente, observa-se na figura que a auditoria interna deve atuar de forma alinhada com a primeira e segunda linhas, estabelecendo uma linha de comunicação frequente e coordenada, agindo de forma colaborativa, porém sem renunciar a sua independência e objetividade. A primeira, segunda e terceira linhas são órgãos internos de avaliação. Por fim são apresentados os prestadores externos de avaliação, como por exemplo a auditoria independente, fiscalização, reguladores e etc (Maciel et al., 2022).

A implementação de uma estrutura de *Combined Assurance* trata da integração de prestadores internos e externos de avaliação (IoD, 2009), conforme mostrado na figura 2, de forma a garantir que, com essa integração, haja maior controle sobre as atividades da organização.

**Figura 2 – Estrutura de Combined Assurance**



**Fonte: Modelo de Combined Assurance (adaptado do King III).**

DECAUX e SARENS (2015) se consideram os primeiros a estudar e endereçar o tema *Combined Assurance*. Seis estudos de caso internacionais de organizações em diferentes estágios de implementação de *Combined Assurance* revelaram que aparentemente empresas ainda não tem programas maduros. Há convergência nos estudos, de forma a concluir que o *Combined Assurance* apoia conselhos e comitês no seu papel de supervisão. Visa fornecer garantia holística ao conselho sobre a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controle interno, coordenando atividades de garantia de várias fontes. Além disso, sem um sistema de gestão de riscos adequado e maduro, a proposta de implementação do *Combined Assurance* é um exercício inútil, e as organizações terão dificuldades com sua implementação.

A função de riscos está mais conectada com a estratégica do negócio, enquanto controles internos está mais conectado com processos operacionais da empresa. Para os autores DECAUX e SARENS (2015), deveria haver mais foco na gestão dos riscos, do que na avaliação dos controles internos. Outra tendência é a de que o executivo-chefe de auditoria (CAE – Chief Audit Executive) deve compartilhar informações e coordenar atividades com outras áreas internas e externas que prestam serviços de garantia e consultoria para garantir a cobertura adequada e minimizar a duplicação de esforços entre as áreas. O Chefe de Auditoria é um bom candidato para coordenar a implementação do programa. Por fim, os estudos relatam que nenhuma organização já alcançou a fase de emissão de relatórios formais. Ainda mais, surpreendentemente, nenhum dos casos nem mesmo cogitou esta possibilidade (Decaux & Sarens, 2015).

DZOMIRA (2016) enfatiza que no setor público da África do Sul, de um modo geral, os prestadores de serviços de garantia de primeiro nível (gestão sênior, contabilidade, diretores), os de segundo nível (função de auditoria interna, comitês de auditoria e controles internos) e terceiro nível (autoridades públicas, auditores gerais governamentais) exercem o *Combined Assurance* na maior parte dos casos estudados (Dzomira, 2016).

KURNIA e YULIAN (2017) destacam que o auditor interno é quem deve coordenar um programa de *Combined Assurance*. Enfatizam que cada provedor de garantia tem seus próprios objetivos e reporta o resultado às partes interessadas. Esta situação pode criar fadiga no processo de asseguarção, devido à gestão ser muito focada em facilitar o processo de asseguarção em certas áreas, gerando uma lacuna no processo de asseguarção, devido a respostas e avaliações de risco pouco claras e ineficientes. Os autores destacam os benefícios do processo de *Combined Assurance*. São eles: i) o planejamento do *Combined Assurance* reduz a duplicação e esclarece as posições dos prestadores de garantia e funções relacionadas a riscos significativos; ii) o planejamento do *Combined Assurance* identifica e mede todos os riscos relacionados aos objetivos da organização e os comunica ao departamento de gerenciamento de riscos, e iii) as atividades de auditoria interna serão focadas em áreas significativas onde o *Combined Assurance* não foi realizado (Kurnia & Yulian, 2017).

Uma pesquisa do Instituto de Auditores Internos afirma que auditores internos normalmente fornecem serviços de garantia e consultoria para toda a organização. No entanto, as contribuições de outros prestadores de serviços de *Combined Assurance* também são fundamentais. Estes outros prestadores incluem asseguraadores como a alta administração, auditores externos, função de conformidade, garantia de qualidade, gestão de risco, auditores ambientais, auditores de saúde e segurança, auditores governamentais, equipes de revisão de relatórios financeiros e subcomitês do conselho (Masegare, 2018).

MASEGARE (2018) destaca que um programa de *Combined Assurance* como paradigma de negócios é algo novo, e por consequência, há pouca pesquisa sobre como as organizações estão implementando abordagens combinadas de garantia. Benefícios do *Combined Assurance* gera esforço de garantia mais coordenado e relevante no foco nas principais exposições ao risco, minimizando interrupções comerciais/operacionais, fornecendo uma abordagem abrangente e priorizada no rastreamento de medidas corretivas e ações sobre oportunidades/fraquezas de melhoria identificadas. O programa gera melhora no reporte ao Conselho de Administração e comitês, incluindo uma redução na repetição de relatórios revisados por diferentes comissões. Há também possível redução nos custos de garantia e melhor controle sobre as declarações no relatório integrado (Masegare, 2018).

No que se refere à credibilidade na tomada de decisões de investimentos, ZHOU e HOANG (2019) destacam que analistas financeiros estão sempre ávidos por informações que contribuam em suas análises. Comunicar os detalhes de um programa de *Combined Assurance* é positivo, na medida que se espera redução dos erros de previsão e da dispersão dos analistas, e também na redução do *spread* entre ofertas, e ofertas para empresas onde o

ambiente de informação é mais fraco. Os resultados apoiam a noção de que um programa de *Combined Assurance* é um novo mecanismo eficaz de aumento de credibilidade em relatórios integrados, que é valorizado pelos participantes do mercado de capitais, especialmente pelos analistas nas suas tarefas de previsão de lucros (Zhou & Hoang, 2019).

A implementação do *Combined Assurance* requer seis importantes componentes: i) estabelecer um modelo de maturidade de gestão de riscos; ii) difundir os conceitos de *combined assurance*; iii) identificar um líder para conduzir o processo; iv) desenvolver uma estratégia de assecuração ou *assurance*; v) mapear os provedores de *assurance* e suas atividades; vi) reportar os achados (*findings*). O Chefe de Auditoria é normalmente o profissional destacado para conduzir um projeto como este (Decaux & Sarens, 2015).

A divulgação combinada pelo Comitê de Auditoria de relatórios do auditor interno, do auditor externo e da eficácia da gestão de riscos e controles e processos internos aumenta a credibilidade na organização (Zhou & Hoang, 2019). Um relato sobre como avaliar, gerenciar e mitigar riscos em uma organização contribui para solidez da governança corporativa de uma organização (Lewis, 2014).

Empresas de maior porte listadas na África do Sul, onde nasceu o conceito de *Combined Assurance*, e que são mais lucrativas, e membros de indústrias ambiental e socialmente sensíveis não estão necessariamente usando modelos de *Combined Assurance*. Essas organizações possuem estruturas robustas de governança, mas a aplicação do *Combined Assurance* é restrita. Controles internos e sistemas necessários para apoiar relatórios integrados ainda estão em fase de desenvolvimento, o que torna difícil para eles serem objeto de qualquer verificação formal por prestadores de garantia internos ou externos (Maroun & Prinsloo, 2020). Outro aspecto relevante é que um programa de *Combined Assurance* efetivamente contribuiu na melhora sobre credibilidade das práticas de relatórios sobre sustentabilidade (Donkor et al., 2021).

O Comitê de Auditoria ganha cada vez protagonismo nas organizações. Um programa de *Combined Assurance* é o meio pelo qual o comitê de auditoria coordena as funções de garantia da administração, de provedores de garantia interna e de garantia externa e conclui sobre a eficácia de gestão de riscos, controles internos e qualidade de relatórios. O funcionamento de um programa de *Combined Assurance* pode restaurar a confiabilidade percebida dos investidores nas informações relatadas e a disposição para investir quando surgir boatos envolvendo incerteza sobre estimativas e ou manipulação de relatórios financeiros (Hoang & Phang, 2021).

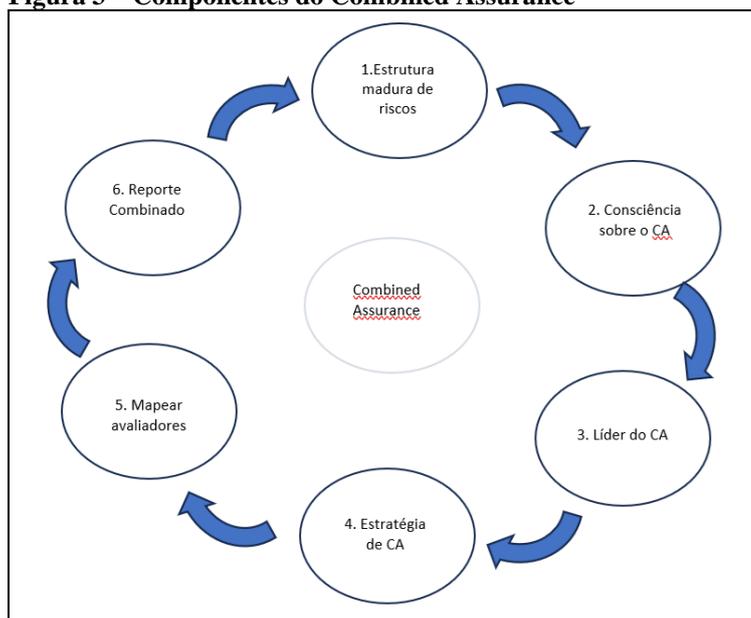
Para PRINSLOO e MAROUN (2021), o *Combined Assurance* é considerado como uma função da responsabilidade do conselho de administração, visando garantir relatórios precisos, completos e confiáveis e as características dos diferentes ambientes internos e externos fontes de garantia. Por “garantia”, consideram os serviços prestados por terceiros independentes e fontes internas de garantia, como o trabalho realizado por auditores internos, verificações por especialistas ESG e comitês de auditoria, funções de monitoramento. Destacam que tanto o King III - *King Report on Corporate Governance for South Africa – 2009* (IoD, 2009), quanto o King IV - *King Report on Corporate Governance for South Africa – 2016* (IOD, 2016), referem-se especificamente à importância da utilização de múltiplos serviços e funções como parte de um modelo coordenado de Garantia Combinada, para criar um controle eficaz e um ambiente de apoio na geração de relatórios relevantes e confiáveis às partes interessadas e aos responsáveis pela governança de uma organização. Também destacam que embora as empresas tenham tradicionalmente confiado numa combinação de fornecedores de garantia externa, auditores internos e diferentes sistemas de controle, estudos acadêmicos sobre a implementação de *Combined Assurance* são raros. A garantia provem predominantemente de trabalhos executado pelas Big 4 ou monitorado e revisado por comitês de auditoria (Prinsloo & Maroun, 2021).

Pilares regulatórios e normativos foram os fatores mais determinantes na implementação de um programa de *Combined Assurance* (Wibowo et al., 2022).

Observa-se, de forma recorrente nos artigos, ênfase na maturidade de programas de ERM – Enterprise Risk Management. ERM é o processo efetuado pelo conselho de administração, gerência e outros profissionais de uma entidade, aplicado na definição da estratégia e por toda a organização, projetado para identificar eventos potenciais que podem afetar a entidade, e gerenciar o apetite a risco (COSO, 2017). A implementação de um programa de *Combined Assurance* exige que as organizações identifiquem primeiro os riscos significativos que podem impedir a realização dos objetivos. Realização de um mapeamento pode ser o componente mais importante no processo (Adebayo & Ackers, 2023).

Além da importância da maturidade nos programas de ERM, na implantação de um programa de *Combined Assurance*, observamos que ainda há uma longa jornada pela frente para as organizações que pretendem implementar estruturas integradas, e se beneficiar dessa integração. Nos 12 artigos avaliados, apenas um sugeriu passos ou componentes (Decaux & Sarens, 2015) para a implementação de um programa de *Combined Assurance*. São eles: i) estabelecer uma estrutura madura de gestão de risco; ii) criar consciência em torno do processo de *Combined Assurance*; iii) identificar um líder do programa de *Combined Assurance*; iv) desenvolver uma estratégia de *Combined Assurance*; v) mapear os prestadores de garantia com as suas atividades de garantia e relatar resultados combinados de garantia (Decaux & Sarens, 2015).

**Figura 3 – Componentes do Combined Assurance**



**Fonte: Preparado pelo Autor**

Em análise dos 6 componentes, temos: i) componente 1 – estabelecer uma estrutura madura de gestão de risco: se não houver essa maturidade, é necessário antes desenvolver essa maturidade, pois caso contrário os esforços na implementação de um programa de *Combined Assurance* poderão ser em vão; ii) componente 2 – criar consciência em torno do programa de *Combined Assurance*: a organização precisa entender os benefícios, deve ser um processo de conscientização *top down*, ou seja, a alta administração precisa patrocinar o programa. Com isso, treinamento é necessário; iii) componente 3 - identificar um líder do programa de *Combined Assurance*: há consenso nos artigos analisados que tratam da definição de um responsável por coordenar a implementação de um programa de *Combined Assurance*, que o Comitê de Auditoria deve ser quem patrocina o programa e o Chefe de Auditoria é quem deve coordenar no dia a dia; iv) componente 4 - desenvolver uma estratégia de *Combined Assurance*: desenvolver um programa de *Combined Assurance* requer acordo, consenso entre

os membros da alta administração sobre os riscos significativos, para que os esforços possam ser devidamente direcionados a esses riscos. A organização precisa obter uma declaração da alta administração, envolvendo conselho de administração e executivos, que define o exato tom do top”, ou seja, o que é esperado. Fazendo isso a organização deve deixar claro quais são os riscos que podem impedir a atingimento dos objetivos estratégicos; v) componente 5 - mapear os prestadores de garantia com as suas atividades de garantia: é fundamental mapear quem são os prestadores de garantia e quais são as suas atividades. Essa pode ser uma tarefa árdua, porque os prestadores de garantia estão espalhados por várias partes da organização. Mapeá-los, enquadrando eles nas linhas (IIA, 2020), facilitará o processo de implementação; e vi) componente 6 - relatar resultados combinados de garantia: a emissão de um relatório combinado é algo ainda não atingido, mas é o objetivo final de todo o trabalho. Este é o resultado esperado pela alta administração (Decaux & Sarens, 2015).

Por fim é importante destacar que no Brasil, o equivalente ao relatórios King da África do Sul (IoD, 2024), primeiro material a citar o termo *Combined Assurance*, é o Código Brasileiro de Governança Corporativa do IBGC (IBGC, 2023). A última versão deste documento, revisada em 2023, ainda não trouxe este tema para o debate no âmbito da Governança Corporativa, o que certamente representa uma oportunidade de evolução para o mercado brasileiro.

## 5. CONCLUSÕES

Esse estudo teve por objetivo analisar o processo de *Combined Assurance* por meio de uma revisão sistemática dos artigos indexados nas principais bases de dados. De forma a cumprir com o objetivo, foram identificados um total de 34 artigos publicados entre os anos de 2009 a 2024 e selecionados 12 artigos para análise da teoria e desenvolvimento do tema.

Pela quantidade de artigos encontrados, é possível afirmar que ainda existe uma carência de pesquisas sobre o tema e da contribuição que poderia trazer na prevenção de fraudes corporativas.

O estudo identificou a origem, evolução e uma proposta de passos ou componentes a serem seguidos na implantação de um programa de *Combined Assurance*.

Como resultado da pesquisa, pode-se identificar a maior quantidade de artigos publicados na África do Sul, onde o *King Report on Corporate Governance for South Africa – 2002* (IoD, 2002) tratou do tema pela primeira vez. Os outros artigos foram publicados nos seguintes países: África do Sul, Indonésia, Austrália, Bélgica, Inglaterra e Malásia, entre os anos de 2015 e 2023. Foram ao total 25 autores, sendo que Warren Maroun, e Andre Prinsloo, foram os únicos com 2 artigos publicados cada um. Eles foram também coautores em 2 artigos. No Brasil, nas bases científicas pesquisadas, não foram encontrados artigos sobre o tema.

Dos 12 artigos analisados, 4 artigos tratam sobre o uso do *Combined Assurance* para assegurar qualidade nos dados de relatórios integrados, 2 abordam o *Combined Assurance* no setor público e apenas 1 trata do processo de implementação do modelo de *Combined Assurance*.

O processo de *Combined Assurance*, inicialmente citado no *King Report on Corporate Governance for South Africa – 2002* (IoD, 2002), já na sua origem fez referência aos padrões internacionais de auditoria interna (IIA, 2024). O modelo evoluiu, principalmente na África do Sul, sendo citado nos Relatórios de Governança Corporativa da África do Sul que seguiram sendo lançados, o King III - *King Report on Corporate Governance for South Africa – 2009* (IoD, 2009) e o King IV - *King Report on Corporate Governance for South Africa – 2016* (IOD, 2016). Ainda que não tenha sido apresentado como uma obrigação a ser atendida pelas organizações, foi utilizado como forma de assegurar qualidade nos dados de relatórios integrados. Teve sua evolução alicerçada no Modelo das 3 Linhas (IIA, 2020), que

discute as diferentes camadas de asseguarção existentes nas organizações, e como estas camadas se relacionam, atuando de forma coordenada e integrada.

A literatura revela que poucos programas foram de fato implementados, e no Brasil o Código Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2023) nem mesmo menciona tal possibilidade. Entre os artigos analisados, apenas um apresentou uma sugestão de passos ou componentes a serem seguidos na implantação de um programa de *Combined Assurance*, sendo eles: i) estabelecer uma estrutura madura de gestão de risco; ii) criar consciência em torno do *Combined Assurance*; iii) identificar um líder do programa de *Combined Assurance*; iv) desenvolver uma estratégia de *Combined Assurance*; v) mapear os prestadores de garantia com as suas atividades de garantia e relatar resultados combinados de garantia.

Algumas limitações do estudo são que a revisão sistemática foi essencialmente focada em materiais que fazem referência ao Código de Governança da África do Sul, principalmente devido a ausência de material acadêmico no Brasil ou em outras regiões.

Como sugestão de estudos posteriores, sugere-se realização de estudos no Brasil e em outras regiões, além da África do Sul e o desenvolvimento de um modelo prático de implantação de um programa de *Combined Assurance*, objetivando contribuir com a qualidade das demonstrações financeiras e com o avanço da pesquisa acadêmica no tema.

## REFERÊNCIAS

- ACFE. (2024). *What is fraud*. Retrieved 05/06/2024 from <https://www.acfe.com/fraud-resources/fraud-101-what-is-fraud>
- Adebayo, A., & Ackers, B. (2023). Adoption of the combined assurance model by South African state-owned enterprises (SOEs). *NATIONAL ACCOUNTING REVIEW*, 5(1), 41-66. <https://doi.org/10.3934/NAR.2023004>
- Alchian, A. A., & Demsetz, H. (1975). Production, Information Costs, and Economic Organization. *IEEE Engineering Management Review*, 3(2). <https://doi.org/10.1109/EMR.1975.4306431>
- B3. (2017, 03/10/2017). *Regulamento do Novo Mercado*. B3 Brasil Bolsa Balcão. Retrieved 25/10/2022 from <https://www.b3.com.br/data/files/B7/85/E6/99/A5E3861012FFCD76AC094EA8/Regulamento%20do%20Novo%20Mercado%20-%202003.10.2017%20%28Sancoes%20pecuniarias%202019%29.pdf>
- B3. (2024). *Regulação de Emissores da B3*. Retrieved 14/03/2024 from [https://www.b3.com.br/pt\\_br/regulacao/regulacao-de-emissores/sobre-a-regulacao/](https://www.b3.com.br/pt_br/regulacao/regulacao-de-emissores/sobre-a-regulacao/)
- Barney, J. (1991). Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of management*, 17(1), 99-120 %@ 0149-2063.
- Borgerth, V. M. d. C. (2005). A Lei Sarbanes-Oxley: Um caminho para a informação transparente.
- Brei, Z. A. (1996, pg 65). Corrupção: dificuldades para definição e para um consenso. *Revista de Administração Pública - RAP*, 30, 64-77.
- Budiatmaja, R., & Ramadhan, Y. (2022). Three corporate control strategies and fraud accounting prevention. *Jurnal Akuntansi Multiparadigma*, 13(1), 194-204 %@ 2089-5879.
- Castro, P. R., Amaral, J. V., & Guerreiro, R. (2019). Aderência ao programa de integridade da lei anticorrupção brasileira e implantação de controles internos. *Revista Contabilidade e Finanças*, 30(80).
- COSO. (2013). *Internal Control-Integrated Framework Executive Summary Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. IIA.
- COSO. (2017). *COSO ERM - Enterprise Risk Management*. Retrieved 23/03/2024 from [https://www.coso.org/files/ugd/3059fc\\_61ea5985b03c4293960642fdce408eaa.pdf](https://www.coso.org/files/ugd/3059fc_61ea5985b03c4293960642fdce408eaa.pdf)
- de Freitas Brandão, I. (2022). *GOVERNANÇA CORPORATIVA E VALOR DA EMPRESA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA ABORDAGEM "PRATIQUE OU EXPLIQUE"* XLVI Encontro da ANPAD - EnANPAD 2022,

- Decaux, L., & Sarens, G. (2015). Implementing combined assurance: insights from multiple case studies. *Managerial Auditing Journal*, 30(1), 56-79. <https://doi.org/10.1108/MAJ-08-2014-1074>
- Donkor, A., Djajadikerta, H. G., & Mat Roni, S. (2021). Impacts of combined assurance on integrated, sustainability and financial reporting qualities: Evidence from listed companies in South Africa. *International Journal of Auditing*, 25(2), 475-507. <https://doi.org/10.1111/ijau.12229>
- Dzomira, S. (2016). Espousal of combined assurance model in South Africa's public sector. *Public and municipal finance (Online)*, 5(4), 23-30. [https://doi.org/10.21511/pmf.05\(4\).2016.03](https://doi.org/10.21511/pmf.05(4).2016.03)
- Fink, A. (2019). *Conducting research literature reviews: From the internet to paper*. Sage publications.
- Florid, M. I., Hendra, R. F., & Purnamasari, P. (2023). The Influence Of Accounting Information Systems, Internal Control Systems And The Implementation Of Good Corporate Governance In Efforts To Prevent FRAUD. *Return: Study of Management, Economic and Bussines*, 2(2), 106-117 %@ 2963-3699.
- Gal, G., & Akisik, O. (2020). The impact of internal control, external assurance, and integrated reports on market value. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(3), 1227-1240 %@ 1535-3958.
- Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1999). *Teoria da Contabilidade. Tradução da americana por Antonio Zoratto Sanvicente*. (Atlas, Ed.).
- Hoang, H., & Phang, S.-Y. (2021). How Does Combined Assurance Affect the Reliability of Integrated Reports and Investors' Judgments? *The European accounting review*, 30(1), 175-195. <https://doi.org/10.1080/09638180.2020.1745659>
- Huibers, S. C. (2015). Combined assurance: One language, one voice, one view. *IIA CBOK Raporu*. IBGC. (2023, pg. 16). *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa - 6. ed. - São Paulo, SP*.
- IIA. (2020). *Modelo das 3 Linhas do IIA*. Retrieved 23/03/2024 from <https://iibrasil.org.br/korbillload/upl/editorHTML/uploadDireto/20200758glob-th-editorHTML-00000013-20082020141130.pdf>
- IIA, T. (2024). *International Professional Practice Framework*. The IIA. Retrieved 13/04/2024 from [https://www.theiia.org/globalassets/site/standards/editable-versions/globalinternalauditstandards\\_2024january9\\_editable.pdf](https://www.theiia.org/globalassets/site/standards/editable-versions/globalinternalauditstandards_2024january9_editable.pdf)
- IoD. (1994). *King Code of Governance for South Africa 1994 - King I*. Retrieved 07/06/2024 from [https://cdn.ymaws.com/www.iodsa.co.za/resource/collection/94445006-4F18-4335-B7FB-7F5A8B23FB3F/King\\_1\\_Report.pdf](https://cdn.ymaws.com/www.iodsa.co.za/resource/collection/94445006-4F18-4335-B7FB-7F5A8B23FB3F/King_1_Report.pdf)
- King Code of Governance for South Africa 2002 - King II**  
(2002). [https://cdn.ymaws.com/www.iodsa.co.za/resource/collection/94445006-4F18-4335-B7FB-7F5A8B23FB3F/IoDSA\\_King\\_II\\_web\\_version.pdf](https://cdn.ymaws.com/www.iodsa.co.za/resource/collection/94445006-4F18-4335-B7FB-7F5A8B23FB3F/IoDSA_King_II_web_version.pdf)
- King Code of Governance for South Africa 2009 - King III, (2009).  
King Code of Governance for South Africa 2016 - King IV, (2016).
- IoD. (2024). *Institute of Directores South Africa - King Reports*. Retrieved 07/06/2024 from <https://www.iodsa.co.za/page/king-iv>
- ISO. (2018). *ISO 31000*. <https://www.iso.org/standard/65694.html>
- JAMIL, N. N. N., S. P. (2011). An Investigation on the Audit Committees Effectiveness. *Gajah Mada International Journal of Business*, Vol. 13(3), 287 - 305.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4). [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)
- KPMG. (2023). *A Governança Corporativa e o Mercado de Capitais*. <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/br/pdf/2023/11/A-Governanca-Corporativa-e-o-Mercado-de-Capitais-18-ed-2023.pdf>
- Kurnia, R., & Yulian, L. (2017). Internal audit's role as a coordinator of combined assurance implementation. In (1 ed., pp. 41-46). United Kingdom: CRC Press. <https://doi.org/10.1201/9781315225227-6>

- Leitch, M. (2010). ISO 31000: 2009-The new international standard on risk management. *Risk analysis*, 30(6), 887.
- Lewis, I. (2014). *The role of internal auditing in providing combined assurance: assessing internal financial controls* [University of Pretoria].
- Maciel, A. E., Bacci, L., & Assi, M. (2022). *Transformando as três linhas em geração de valor: como a gestão de riscos e o sistema de controles internos*. Digitaliza Conteúdo.
- Madhani, P. M. (2017). Diverse Roles of Corporate Board: A Review of Various Corporate Governance Theories. *The IUP Journal of Corporate Governance*, Vol. 16(No. 2), pp. 7-28.
- Mansour, A. a. Z., Ahmi, A., Popoola, O. M. J., & Znaimat, A. (2022). Discovering the global landscape of fraud detection studies: a bibliometric review. *Journal of Financial Crime*, 29(2), 701-720. <https://doi.org/10.1108/JFC-03-2021-0052>
- Maroun, W., & Prinsloo, A. (2020). Drivers of combined assurance in a sustainable development context: Evidence from integrated reports. *Business Strategy and the Environment*, 29(8), 3702-3719. <https://doi.org/10.1002/bse.2606>
- Masegare, P. (2018). Implementing value-added combined assurance interventions for South African organisations. *Journal of Management & Administration*, 2018(1), 129-149.
- McGregor, D. (1989). The human side of enterprise. *Readings in managerial psychology*, 4(2), 314-324.
- Penrose, E. T. (2009). *The Theory of the Growth of the Firm*. Oxford university press.
- Prinsloo, A., & Maroun, W. (2021). An exploratory study on the components and quality of combined assurance in an integrated or a sustainability reporting setting. *Sustainability accounting, management and policy journal (Print)*, 12(1), 1-29. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-05-2019-0205>
- Ribeiro, M. C. P., & Diniz, P. D. F. (2015). Compliance e lei anticorrupção nas empresas. *Revista de informação legislativa*, 52(205), 87-105.
- Santos, A. d., & Grateron, I. R. G. (2003). Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores. *Revista Contabilidade & Finanças*, 14, 07-22.
- Sarens, G., & De Beelde, I. (2006). Internal auditors' perception about their role in risk management. *Managerial Auditing Journal*, 21(1), 63-80. <https://doi.org/10.1108/02686900610634766>
- Wibowo, S., Achسانی, N. A., Suroso, A. I., & Sasongko, H. (2022). Integrated Governance, Risk, and Compliance (GRC) and Combined Assurance: A Comparative Institutional Study. *Indonesian Journal of Business and Entrepreneurship*, 8(2), 289-289. <https://doi.org/10.17358/ijbe.8.2.289>
- Zhou, S., & Hoang, R. S. H. (2019). Evaluating combined assurance as a new credibility enhancement technique [Article]. *Auditing*, 38(2), 235-259. <https://doi.org/10.2308/ajpt-52175>